

038ª SESSÃO ORDINÁRIA 06MAI2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Esta Presidência solicita alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após, retornamos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Passamos à

PAUTA

Não há quem queira discutir a Pauta, está encerrado o período de Pauta. A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vou me inspirar um pouco aqui no Ver. Kevin Krieger. Não é algo estranho, já que nós nos afinamos numa posição: a Câmara toda votou no plebiscito, para discutirmos “sim” ou “não” sobre o cercamento da Redenção, mas há Vereadores que se posicionaram inclusive nesta tribuna. E eu me lembro bem do Ver. Kevin Krieger com essa posição, além de muitos de nós. Para ver que, em relação a determinados assuntos da cidade de Porto Alegre, nós conseguimos já, de antemão, ter posições definidas e que são importantes que sigam e proporcionem um grande debate.

Nós votamos o plebiscito – Projeto de Lei do Ver. Nereu –, votamos a favor. Em relação à participação popular para decidir sobre a Cidade, com a participação dos seus cidadãos, do povo das mais variadas camadas sociais, das entidades representativas dos movimentos sociais, dos movimentos populares, nós temos posição definida. Então, votamos a favor do plebiscito, mas já declarei aqui o meu voto em relação ao cercamento da Redenção ou de qualquer espaço público, espaços de conquista da população: o meu voto é “não” ao cercamento. Vou trabalhar nesse sentido. Aliás, todos nós já estamos, de uma certa forma, sendo a favor ou contra, trabalhando. Vários colegas se perfilaram também nesse sentido, assim como as bancadas; lembro aqui a Bancada

do PSOL, a Bancada do PT, que têm posição concreta também, assim como nós. E vários Vereadores de outras bancadas têm posição conjunta ou diferenciada. Como vários colegas também se perfilaram, como nós estamos conversando pelo “não”, da tribuna, naquele momento da votação do plebiscito, eu fiz uma proposta que teve uma ótima repercussão aqui dentro do Plenário, entre os colegas, e com a sociedade, de uma forma muito interessante: que possamos – aqueles Vereadores e Vereadoras que já têm a posição contra ou não – constituir um comitê nesta Câmara Municipal, não cerceando nenhum outro Vereador, chamando, no dia da votação, aqueles que têm a posição contra o cerceamento da Redenção. Seria um comitê de ação e mobilização para debater essa posição que nós temos contra, do cerceamento, envolvendo toda a Cidade através dos seus mecanismos de participação popular, através dos movimentos sociais, um movimento amplo que conclame ao debate, para que possamos chegar à conclusão que já temos, a essa postura do “não”, a uma conclusão fundamentada na realidade, sob a ótica da cultura da nossa Cidade, do desenvolvimento, da participação, da convivência humana, dos espaços democráticos, que têm que ser democráticos mesmo, e não cerceados à participação popular. Nós precisamos é de equipamentos sociais e de segurança pública para dar essa dinâmica que enfrenta, por si só, a violência. Nós não omitimos que a violência existe, e temos lutado muito contra essa violência, seja em que patamar for, muito também na especificidade da violência de gênero, que é aquela mais cruel ainda, cometida contra as mulheres. A Redenção e os demais espaços, por suas históricas conquistas de espaços, merecem que tenhamos esse cuidado, que nós levemos esse debate, assim, a toda cidade de Porto Alegre. Então, eu estou retomando aquela discussão e propondo aos colegas que já se perfilam pelo “não” ao cercamento da Redenção, também a todos os que queiram participar – há colegas que ainda não têm posição, mesmo os colegas que têm a posição fechada do “sim”, eu vejo que há mais posições que se materializaram aqui do “não” do que do “sim” –, que tenhamos uma reunião preparatória, se possível, no dia 14, que é uma quinta-feira, depois da Sessão plenária aqui. O Presidente da Casa, Ver. Mauro, conversei com ele, já disponibilizou o gabinete para que nós possamos ter essa reunião. Naturalmente, o Prefeito Municipal vai se posicionar, creio que, pela sua trajetória, ele não vá vetar o plebiscito aprovado nesta Câmara, mas nós vamos esperar, vamos aguardar essa posição e já começar a trabalhar.

Então, é para isto que eu vim a esta tribuna, para já conclamar os colegas Vereadores e ver esta possibilidade: assim que terminar a Sessão do dia 14, que nós possamos sentar – os Vereadores que já têm posição do “não” –, reunidos no gabinete do nosso Presidente, para um primeiro momento de trabalho conjunto, e esse trabalho ser espraiado por toda sociedade. É suprapartidário, porque nós somos de vários partidos e temos posições já definidas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (14h32min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLL nº 254/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, a Indicação nº 007/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 13 votos **NÃO**.

Em discussão o PELO nº 002/12. A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para discutir o PELO nº 002/12.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, esse projeto foi desarquivado nos primeiros instantes desta atual Legislatura, quando assumi aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre. Dirigimos um olhar para aqueles projetos que entendíamos interessantes, independentemente do Vereador que tivesse apresentado, e que não tinham sido votados. Este projeto foi o primeiro que nós desarquivamos. Ele é de autoria do então Ver. Sebastião Melo, é um projeto que dialoga com todo um processo que está ocorrendo no País em relação ao Prometa. Então nós desarquivamos, houve a tramitação, tem uma emenda do Ver. Kopittke, do PT, uma emenda muito interessante que, inclusive, foi aprovada por unanimidade nesta Casa. Então, após todas essas tramitações, a partir também da emenda do Ver. Kopittke ao projeto de autoria do Sebastião Melo, o atual Vice-Prefeito, estamos aptos a votar. Hoje é um momento de discussão, e esperamos que seja por unanimidade nesta Casa, porque o Prometa é um

Projeto de Emenda à nossa Lei Orgânica que cria o Programa de Metas, que, no nosso entendimento, e por isso desarquivamos, é uma ferramenta importante de participação popular. Cada vez que a Câmara Municipal puder aprovar um projeto que oportunize a participação popular, acho que a Câmara estará mais em sintonia com a população. Esse processo de tramitação e discussão do Prometa passou por todas as instâncias necessárias e cria a obrigatoriedade de o prefeito eleito apresentar, em até 90 dias após a sua posse, um programa de metas, contemplando os quatro anos da gestão. Esse programa contém prioridades, indicadores de desempenho, metas quantitativas e qualitativas para cada eixo estratégico de políticas públicas, que sigam as diretrizes apresentadas pelo candidato na campanha eleitoral, bem como as ações de governo em andamento.

Nós temos uma campanha eleitoral, as candidaturas apresentam projetos e, depois, são vencedoras, são eleitas em função da apresentação de um projeto, mas, muitas vezes, não aplicam os projetos.

Então, o Prometa vem, exatamente, nesse sentido, por isso ele tem que apresentar, até 90 dias, um programa de metas contemplando os quatro anos de gestão, e em cada eixo estratégico das políticas públicas.

Deverá ser amplamente divulgado nos meios de comunicação, com fácil acesso à população, ser apresentado em audiência pública até 30 dias após o término do prazo de sua apresentação, ou seja, 120 dias após a posse.

A emenda do Ver. Kopittke é importantíssima, já falei, porque a divulgação no projeto original era uma vez por ano, e, agora, passa a ser de seis em seis meses.

Temos mais a dinâmica em audiência pública, nesta Câmara de Vereadores, com a participação popular, para que as metas sejam atingidas através de indicadores de desempenho, de divulgação nos meios de comunicação e com a audiência pública na Câmara de Vereadores. Então, a Câmara Municipal de Porto Alegre é partícipe desse processo.

As leis orçamentárias devem estar em consonância com as diretrizes do Prometa, então, quando vamos trabalhar as leis orçamentárias, vamos estar trabalhando em função do Prometa apresentado nesta Casa. Nós estaremos dinamizando a gestão também com o nosso papel de Vereadores, em relação às diretrizes do Prometa, às nossas leis orçamentárias.

Por que desarquivamos o projeto? Exatamente pelo que eu falava há pouco: um candidato eleito por um programa tem que cumprir esse programa.

Para a população é uma ferramenta de controle social, cria mecanismos de monitoramento de gestão, acompanha o desempenho, é um instrumento de controle social efetivo, de diálogo com a sociedade, impede alterações injustificadas no projeto escolhido nas urnas pelo eleitor. Acho que isso dá um patamar diferenciado na luta política, na própria disputa de projetos na cidade de Porto Alegre.

Assegura uma divulgação periódica dos indicadores de desempenho, porque todos poderemos avaliar a coerência da gestão e o cumprimento do previsto inclusive no nosso Orçamento, que nós acabamos votando, aqui, com emendas. É uma dinâmica política de ação conjunta, de trabalho conjunto, de verificação das metas, para que a gente não termine, muitas vezes, com algumas propostas demagógicas, feitas em campanha eleitoral, que depois não podem ser executadas e apresentadas. Eu quero me dirigir de uma forma especial à Bancada do PMDB - o Ver. Cecchim é o Líder da Bancada -, no sentido de que esse desarquivamento está em consonância, na nossa compreensão, de que nós podemos trabalhar, no conjunto da Casa, com vários partidos em benefício da cidade de Porto Alegre. Portanto, nós estamos discutindo e pedindo o aval dos nossos Pares a um projeto, que nós desarquivamos, de autoria do Ver. Sebastião Melo.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PELO nº 002/12.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, este projeto, protocolado lá em 2012, pelo então colega Sebastião Melo, o atual Vice-Prefeito, já tem três anos de tramitação pela Casa. É um projeto, no nosso ponto de vista, interessante e importante sobre gestão. Ele nos permite avaliar alguns desempenhos e vincular as propostas políticas que fazem os candidatos a Prefeito, pois, muitas vezes, quando vencem as eleições, mudam completamente os seus planos de ação ou não executam aquilo que foi determinado, ficando por isso mesmo. O Governo Fortunati fez um movimento em direção à linha do que o então Vereador Sebastião Melo apresentou aqui na proposta. Cada Secretário assina, no início do

Governo, um plano de metas a ser conquistado. Nesse plano de metas, prezado Paulo Brum, está: fazer a aplicação do Plano Diretor de Acessibilidade da cidade de Porto Alegre, que nós discutimos e aprovamos aqui. Qual é o resultado da aplicação do Plano Diretor de Acessibilidade na Cidade? A Cidade toda desconhece e nós também, mas está lá que as metas estão sendo cumpridas. Quanto à restauração das calçadas da Cidade, está lá o plano de metas para as calçadas, que os Secretários assinaram e assumiram. O que o Prefeito Fortunati disse? Que o Secretário que não cumprir o plano de metas será substituído – não quero falar, aqui, que será demitido. Portanto, eu creio que um projeto como esse, apresentado pelo Vice-Prefeito, já teria que pegar aquele plano de metas que foi assinado por todos os Secretários e já fazer a prestação de contas, porque, provavelmente, nós votaremos favoravelmente ao projeto do Ver. Sebastião Melo, mas não pode ser mais um projeto para inglês ver; é um projeto que tem que ser executado. O Fogaça, quando venceu as primeiras eleições, prezado Ver. Casartelli, que foi Secretário da Saúde, na sua proposta de Governo, dizia que, em 2008, entregaria 255 equipes de Saúde da Família. O senhor, Ver. Casartelli, que foi Secretário e trabalhou muito bem, sabe que, hoje, nós temos em torno de 250 equipes de Saúde da Família oficializadas. É aquém do que necessitamos? Sim, é aquém, mas muitos votaram, naquela época, no Fogaça, porque ele disse: “Vou, em 2008, entregar para Porto Alegre 255 equipes de Saúde da Família”. Com o projeto do Ver. Sebastião Melo, não pode ficar na promessa, tem que realizar e mostrar o cronograma. Tem uma questão importante, aqui, no projeto, que é vinculado ao Plano Plurianual e aos Orçamentos, então o Orçamento tem que contemplar o plano de metas; tem que passar, obviamente, pela discussão dos fóruns democráticos da Cidade, Orçamento Participativo, etc.

Eu quero concluir a minha fala, Sr. Presidente, fazendo uma referência a esse projeto. Como é mudança da Lei Orgânica, ainda tem mais um debate para fazer. É um projeto importante, interessante, mas nós não podemos desvinculá-lo da vida real da Cidade. Neste momento, o Prefeito Fortunati e o Melo estão devendo para a Cidade o plano de metas, assinado por todos os Secretários, que está lá, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal, com as metas a serem alcançadas – não só na teoria, mas na prática também. Eu citei alguns exemplos aqui, Ver. Bosco, como as calçadas da Cidade, entre outras. Quero concluir a minha fala dizendo que é um bom projeto, mas ele tem que estar vinculado à vida real da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PELO nº 002/12.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, na verdade, este projeto de autoria do então Ver. Sebastião Melo foi elaborado enquanto ele era parlamentar. Gostaria de saber da Ver.^a Jussara se conversou com o Vice-Prefeito Sebastião Melo se hoje ele concorda com esse projeto. Nós não podemos deixar de registrar, e toda a população sabe, que a unanimidade promete e não faz. Eu não conheço um prefeito, um governador, um presidente que tenha feito exatamente o que prometeu. Por isso, estou preocupado.

A Sra. Jussara Cony: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Creio que além de mim estava o Ver. Janta também. Nós desarquivamos o projeto em pleno Fórum Social Mundial, nesta Casa, com a presença do Vice-Prefeito Sebastião Melo, com vários movimentos sociais e com Oded Grajew, do Fórum de São Paulo. Dezesesseis capitais já têm. Esse processo está dando uma dinâmica importante ao nosso País, sob o ponto de vista do que ele se propõe. Antes desse desarquivamento público, a primeira coisa que esta Vereadora fez foi conversar com o Vice-Prefeito e perguntar se ele estava de acordo. Ele estava aqui no momento, foi uma cerimônia muito interessante, inclusive com o compromisso dele da implementação.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Muito obrigado. A senhora sabe, Vereadora, que é complicado. Agora ele, como Prefeito, terá de cumprir aquilo que ele escreveu no passado como parlamentar. Nós todos imaginamos que não precisaria ter leis para isso. Vereadores e Vereadoras, nós estamos aprovando uma lei para dizer que os prefeitos não podem mentir. E aí eu aproveito o senhor Nelmo Madke, que está meio adoentado, sem trabalhar e escreveu um livro de piadas e eu estou colaborando. O livro é Só rindo. E aí eu lembro da fala do Ver. Comassetto, que me antecedeu. Ver. Comassetto, hoje não dá mais para atacar governador, prefeito ou presidente da república. Todos, todos estão com dificuldades em cumprir aquilo que prometerem. E vou dizer mais: o que não

prometeu e conseguiu se eleger é o governador do Estado. Agora, a Presidenta Dilma! Meu Deus do céu! Prometeu, garantiu, só da boca para fora. Terminou o período eleitoral, teve um problema de amnésia – está tendo, aliás. Então, este é um projeto, com todo o respeito, que diz que é proibido mentir. Em resumo, o que ele está dizendo: é proibido mentir. E eu vou votar favoravelmente a ele, e tenho certeza que os demais colegas também vão. Mas precisamos dizer que estamos votando um projeto que, em outras palavras, diz o seguinte: não pode mais mentir, agora prometeu tem que cumprir.

O Nelmo diz assim: é só rindo. Eu não quero ficar rindo, mas deu uma casualidade e ele me traz o livro, que se chama Só Rindo, só de piadas. Estamos aprovando uma lei que diz, em outras palavras, que é proibido mentir a partir de agora. Está ali o Sr. Nelmo, que nos ajuda. Só rindo.

Então, hoje eu vou votar favoravelmente e volto a dizer: é proibido mentir a partir do momento em que nós aprovarmos esse projeto, que tem duas Sessões, aliás, porque mexe na Lei Orgânica. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PELO nº 002/12.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver.^a Sofia, só para lhe ajudar um pouco, o Ver. Bernardino tem razão, porque o que o PT fez com a Presidente Dilma, ontem, escondê-la do programa do PT, e o PT ter vergonha dela também... Olha, eu não sei com quem vou me solidarizar, se com a Dilma ou com o PT. O que fizeram ontem com a Presidente Dilma não se faz com ninguém! O PT destruiu a Presidente! Envergonhou-se da Presidente! O PT com vergonha da Presidente e a Presidente com vergonha do PT! Não precisamos mais falar sobre isso aqui. Só rindo, Ver. Bernardino! Só rindo.

Quanto ao projeto que a Ver.^a Jussara Cony desarquivou, queria cumprimentá-la. O Ver. Sebastião Melo quer aprovar, sim, Ver. Bernardino; ele continua mantendo o que ele pensava no projeto que apresentou. Mas tem que fazer cumprir, não basta assinar o contrato. Eu concordo com todo mundo, até com a oposição: não basta assinar os contratos de gestão; tem que cobrar! Se houver competência para cobrar, estabelecem-se

metas! As metas têm que ser cobradas, sejam do Executivo, sejam do Legislativo... Ou se cobra ou não se estabelece! Eu sei que há muitas metas que não foram cumpridas e ficaram por isso mesmo. Acho que tem que fazer e tem que cumprir.

Sobre o projeto, espero que não seja mais um projeto, Ver.^a Jussara Cony. Vamos fazer esse projeto, porque interessa para a Cidade em seu todo. Isso é moderno, isso se estabelece nas empresas, nas pequenas e grandes corporações, se estabelece em muitos municípios, estados, países. Isso é uma coisa moderna. E eu fico feliz que a oposição tenha reconhecido um projeto importante do Vice-Prefeito Sebastião Melo, que concorda e apoia. Certamente, se ele for o prefeito no ano que vem, vai estabelecer e cobrar essas metas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PELO nº 002/12.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, pelas falas que eu ouvi aqui, o Ver. Sebastião Melo, agora Prefeito, não se arrependeu do projeto e deu acordo para desarquivá-lo. Eu acho que esse é um passo que não deve ter a fotografia dessa ou daquela gestão, ou de outra. Nós temos que dar passos importantes na instalação da república brasileira. E o pacto federativo, a Federação, deve trabalhar, sim, com metas construídas na forma mais democrática possível. Estas metas, com a participação popular definindo-as, deve ter um monitoramento social, seja pelos parlamentos, seja pela sociedade organizada, seja pelo próprio Governo, que tem os seus mecanismos de prestação de contas - isso ajuda a estabelecer e formalizar a cidadania. Eu acredito que essa será inclusive uma lei inovadora no Brasil.

Quero lembrar que nós, aqui, fazemos vários debates sobre o que se prometeu, o que não se cumpriu. Na segunda-feira, o Ver. Janta veio aqui e disse que o Governo Dilma estava degradando, rebaixando a qualificação profissional. Eu acho que esse é um tema que a população brasileira tem que monitorar, avaliar. Quer dizer que um Governo – Lula/Dilma – que parte de 140 institutos federais; hoje, em 12 anos, tem 565 institutos tecnológicos federais de ensino técnico e superior...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Fernanda Melchionna.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: E nós vamos falar, sim, porque eu não acredito que a Ver.^a Fernanda Melchionna ache que sejam necessários mais do que R\$ 2,5 bilhões, já repassados, para financiar vaga privada. Eu não acredito, Ver.^a Fernanda, que esteja na pauta repassar recursos públicos para universidade privada, acho que não. Então, o tema da escola técnica, nós temos que dizer com muito orgulho: o Governo Federal vem avançando aceleradamente em algo que não existia no Brasil e era uma lacuna na formação dos trabalhadores: formação no ensino técnico superior de alta qualidade, com professores bem remunerados, institutos federais muito equipados. Eu sugiro que a nossa Comissão de Educação, Ver. Pujol, convide os Vereadores, o Ver. Garcia, para uma visita ao instituto federal restinga - Instituto Federal Rio Grande do Sul, aqui na antiga Mesbla, para verificar a qualidade do trabalho na formação profissional que está se fazendo neste País, inclusive no Ensino Superior. Bem, queremos mais, achamos que o Pronatec... Eu entendo o Pronatec como temporário, com algumas formações periódicas, provisórias ou emergenciais, e não como uma política de formação permanente. Permanente, nós queremos fortalecer as escolas técnicas dos Estados, eventualmente em algum Município, e as federais que estão numa rede potentíssima, muito importante para o desenvolvimento estratégico do País. E, de outro lado, o desafio do Fies. Nós temos um debate importante das duas conferências nacionais de educação, de não ampliar recursos na escola privada, de investir na rede pública. E o Governo Federal vem abrindo universidades federais, com o Reuni ampliando a formação via sua universidade, mas não tem fôlego para resolver toda a formação de Ensino Superior, o grande *déficit* que recebeu. E tem – e chegou na meta, Ver. Marcelo Sgarbossa – R\$ 2,5 bilhões para bolsas, para financiar alunos na universidade privada. As universidades privadas estão sobrevivendo, principalmente nas licenciaturas, através do ProUni e do Fies. Elas nunca tiveram uma política nessa potência. Então, compreender que a expansão não foi do tamanho que, talvez, se quisesse, é o pouco que se pode pedir. Para um setor que já recebe R\$ 2,5 bilhões, questionar que tem que melhorar a qualificação dos seus docentes, que tem que cobrar nota dos alunos... Nós achamos que, sim, que tem que responder com qualidade! Então eu acho que todo debate tem que ser menos de

estardalhaço, de qualificações, mas em cima de números e qualidade desses números. Por isso o Prometa é muito interessante. Eu quero afirmar que nesses dois temas o Governo Federal tem muito crédito e muito o que dizer do que foi feito no Brasil, do que prometeu e do que cumpriu, tanto no Fies quanto na formação técnica dos nossos jovens, dos nossos adultos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PELO nº 002/12.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esse Projeto de Lei de Emenda à Lei Orgânica é um projeto especial que foi proposto na Casa em fevereiro de 2012 e que tem a subscrevê-lo o Ver. Sebastião Melo, como primeiro signatário, além dos Vereadores Adeli Sell, Alceu Brasinha; Aldacir Oliboni e o Dj Cassiá: são os seis proponentes, mais o Ver. Bernardino Vendruscolo, que tem o seu nome constante aqui, mas não assinou. Eu assinalo essa circunstância porque já são seis ex-Vereadores que propuseram isso em 2012. Esse processo rolou, rolou e chegou aqui hoje para votação.

Eu quero, a bem da verdade, dizer o seguinte: muito cedo, em 2012, ao votar a matéria na Comissão de Constituição e Justiça, fiz a seguinte colocação com restrição quanto ao mérito. Aprovei o parecer do Ver. Mauro Pinheiro - então integrante da Comissão de Constituição e Justiça, hoje Presidente da Casa - que dizia da inexistência de óbice jurídico para a tramitação da matéria. Mais tarde, não sei porque cargas d'água, eu enfrentei de novo o problema agora na Comissão de Finanças e Orçamento - acho que eu estava em substituição a alguém - e lá votei favoravelmente ao parecer do Ver. Aírto Ferronato, que também era pela aprovação do projeto e da Emenda nº 01. Ora, Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção à Casa dos seguintes aspectos: primeiro, vamos ler o que diz o projeto, que dá nova redação ao art. 94, item XXII. (Lê): "Art. 94. [...] XXII - o prefeito deverá apresentar, em até 90 (noventa) dias após a sua posse, o Programa de Metas (Prometa), que compreenderá os 4 (quatro) anos de sua gestão, devendo conter as prioridades, os indicadores de desempenho e as metas quantitativas e qualitativas para cada um dos eixos estratégicos de políticas públicas estabelecidas para a Administração

pág. 11

Municipal.” Diz o Ver. Bernardino Vendruscolo, que eu ouvi com atenção, que este é um projeto que diz assim: doravante é proibido mentir. Agora, eu quero chamar a atenção para o seguinte: nós estamos colocando na Lei Orgânica do Município que esta prerrogativa de elaborar e apresentar o Programa de Metas, Ver. Guilherme Socias Villela, passa a ser uma competência privativa do Prefeito. Então, é a galinha dentro e fora do galinheiro. O Prefeito, 90 dias depois da sua posse, vai elaborar o Programa de Metas. Evidentemente que ninguém nos assegura que ele vai colocar neste Programa de Metas aquilo que acha que possa ter algum risco de não cumprir. Eu pergunto para os senhores, sem querer polemizar: a Presidente da República, Dilma Rousseff, 90 dias após a sua posse, remeteria um Plano de Metas ao Governo, colocando na programação aquilo que está sendo votado hoje na Câmara dos Deputados? Claro que não! Isso é antagônico ao que ela tinha falado durante a campanha.

Então, eu estou chamando a atenção, Ver. Garcia, para esta peculiaridade. O que nós estamos fazendo aqui, Ver.^a Mônica, é aumentar a competência privativa do Prefeito Municipal. É a ele, tão somente a ele que caberá a iniciativa de ingressar com este projeto, de elaborar este projeto e, provavelmente, o endereçará à Câmara de Vereadores.

Não se diz aqui e nem poderia dizer, mas é o óbvio: o Prefeito vai fazer um documento, vai submeter a uma assembleia popular, que vai dizer que não quer que seja aquela a sua posição? Não, não vai poder alterar. É ao Prefeito que cabe a iniciativa de fazer a proposta, de dizer o que ele quer fazer, o que ele pode fazer.

E vejam o seguinte: isto terá que ser mantido durante quatro anos. E eu não sei se isso, Ver. Bernardino Vendruscolo, não engessaria uma administração que não quisesse mentir, que quisesse honrar os seus compromissos. Porque em quatro anos muitas coisas podem acontecer, dentre as quais podem surgir novas linhas de financiamento, novas expectativas, pode haver queda de arrecadação, acréscimo de arrecadação, há uma série de coisas que podem acontecer, impossíveis de serem previstas de antemão.

Então, quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que voltarei a tratar desse tema e que tenho sérias dúvidas quanto à eficácia dessa proposta que os ilustres ex-colegas nossas estão oferecendo à Casa. Ilustres até porque se inclui aqui o Vice-Prefeito da Cidade, mas são cinco ex-Vereadores e a nossa querida Ver.^a Jussara Cony, que, não tendo assinado na ocasião, assume o encargo de trazer à discussão esta matéria, a qual estou

discutindo seriamente porque tenho dúvida se, ao estabelecermos mais competência privativa do Prefeito, não estaremos criando um certo mecanismo de alforria para o próprio Prefeito, que vai dizer, 90 dias depois de eleito, o que ele quer fazer ou o que ele não quer fazer. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Pablo Mendes Ribeiro está com a palavra para discutir o PELO nº 002/12.

O SR. PABLO MENDES RIBEIRO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha das galerias e pela TVCâmara, subo a esta tribuna para saudar a iniciativa da colega Ver.^a Jussara Cony, que desarquiva o projeto de lei relativo ao Prometa, de autoria do atual Vice-Prefeito Sebastião Melo. A grande maioria dos trabalhadores brasileiros está acostumada a trabalhar com metas e indicadores de desempenho. Na iniciativa privada é comum a definição de objetivos a serem alcançados pelos trabalhadores das companhias. Na cidade de São Paulo, o programa de metas é uma exigência da Lei Orgânica do Município desde 2008, ano no qual uma mobilização da sociedade civil conseguiu fazer com que a Câmara Municipal aprovasse a criação do referido projeto. A partir daquele momento, todo Prefeito eleito tem a obrigação de apresentar, em até 90 dias após a sua posse, um programa que descreva as propriedades do seu governo, definindo as ações estratégicas, indicadores e metas quantitativas para cada um dos setores da Administração pública Municipal. O Programa de Metas é, portanto, uma maneira de o Governo selar compromissos com a população em torno das principais iniciativas que serão implementadas ao longo da gestão. Entendo que os bons exemplos devem, sim, ser copiados. A transparência na Administração pública e a divulgação dos resultados alcançados são os anseios da população, bem como a busca pela excelência na gestão. Tenho sido cobrado nas ruas incessantemente a respeito das boas práticas administrativas e o Prometa vem ao encontro do clamor dos porto-alegrenses. Voltando ao exemplo de São Paulo, a Administração Municipal possui 102 metas em andamento, das quais 72 beneficiam diretamente a população, sendo 21 metas já concluídas e sete metas que superam a expectativa inicial para a gestão 2013-2016. Para ilustrar aos colegas Vereadores, o Plano de Metas do quadriênio 2013-2016

possui mais de 35 audiências públicas realizadas em um mês, onde todas as propostas foram classificadas e avaliadas para inclusão na redação final do programa.

Entendo, dessa forma, que a população tem o poder de participar de forma mais efetiva na definição das propriedades do governo, oportunizando mais transparência e fiscalização da gestão pública. E o Executivo, obrigatoriamente, por força de lei, passa a contar com um plano de gestão por melhores resultados.

Para finalizar, retifico o meu compromisso em busca incessante da excelência na gestão pública, que é um compromisso que assumi com o povo de Porto Alegre. Mais uma vez quero cumprimentar a Ver.^a Jussara Cony por desarquivar o projeto e também o nosso Vice-Prefeito, Sebastião Melo, pela autoria do projeto.

A Sra. Jussara Cony: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu quero fazer um *link* no tempo e no espaço. Vendo-o agora na tribuna com essa desenvoltura, um Vereador que chega nesta Casa defendendo um projeto que é do interesse do povo de Porto Alegre e que nós desarquivamos – quero lhe agradecer essa referência –, mas faço um *link* no tempo para dizer que tenho muito prazer de estar sendo Vereadora com V. Exa., agora, como fui Vereadora, nesta Casa, há mais de 30 anos, com seu pai. Fizemos muitas coisas juntos, eu estava no PMDB, vinda do MDB, de toda aquela luta, porque meu partido estava na clandestinidade, e ele foi um parceiro incessante na luta pela democracia. Então, para mim é uma honra poder, neste momento, receber de V. Exa. esse aval a esse desarquivamento, mas não poderia deixar de fazer essa relação com o tempo político, com as lutas políticas, com as histórias políticas. Muito obrigada, Vereador.

O SR. PABLO MENDES RIBEIRO: Obrigado, Vereadora.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Pablo, se me permite, queria lhe dar uma informação, cumprindo metas, completar a informação do Fies, e aí podes fazer a tua consideração. Os R\$ 2,5 bilhões que eu falava agora foram somente para os novos contratos deste ano, que teve 251 mil novos alunos nas escolas privadas. O montante do Fies no País atinge 1,9 milhão de pessoas, chega a 1,6 mil instituições, isso dá R\$ 18 bilhões. Então, é realmente um programa que tem um volume

muito grande de recursos direcionado para a nossa juventude que não passa na universidade pública ou que escolheu uma universidade privada. Obrigada, Pablo.

O SR. PABLO MENDES RIBEIRO: Obrigado, Vereadora. Um abraço e boa tarde a todos. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PELO nº 002/12.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu acho que, obviamente, o projeto é meritório, já tinha ocupado esta tribuna para falar sobre a necessidade de ampliar os compromissos e a busca permanente para que aquilo que é dito durante a campanha não se transforme em demagogia barata, e, depois, os governos retirem os direitos sociais e as verbas para garantir saúde, educação, e segurança.

Eu fui provocada a falar, porque nunca acho – e repeti muitas vezes desta tribuna – que dois erros farão um acerto. Nós, do PSOL, temos lutado permanentemente contra o projeto das terceirizações que agora foi para o Senado, que significa rasgar a CLT e não regulamentar os 12 milhões que trabalham como terceirizados – porque a Súmula nº 331 já regulamentava –, mas, na verdade, ampliar a terceirização para atividades inerentes, complementares e acessórias, portanto em qualquer espaço do chão de fábrica, e é permitir que os salários das pessoas sejam reduzidos em até 40% e aumentem enormemente os riscos de acidentes. É, na verdade, um dos grandes projetos que beneficiam os patrões e massacram os trabalhadores, e nisso nós estamos juntos, Ver.^a Sofia, combatendo a terceirização. Agora, um Governo que manda para o Congresso uma medida provisória que ataca o seguro desemprego, que ataca as pensões, que propõe ajustes e cortes brutais nas Universidades Públicas, e também no financiamento! É evidente, nós acreditamos nas universidades federais e acreditamos na necessidade de ampliar recursos para as universidades federais, e o Ver. Professor Alex sempre diz isso, mas a verdade é que 70% dos estudantes estudam nas universidades particulares. E o Governo que não reviu os valores da filantropia para investir na universidade pública, optou por outros modelos, que são o ProUni e o Fies. Só que, no meio desses modelos do próprio Governo, eles tiram metade dos financiamentos! Está uma crise nas

universidades federais! Eu não posso ouvir, porque isso é passar por cima do desespero dos estudantes da Unisinos, da PUC, estudantes que não têm como terminar o ensino superior e que começaram pelo Fies.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Não, não foram renovados. Inclusive, demorou até 30 de abril para voltar a funcionar o sistema, porque havia uma crise no *site* do MEC. Eu não sei a quem o MEC quer enganar – a mim não engana –, não conseguindo gerenciar um *site* eletrônico para que as pessoas possam fazer a sua matrícula! Na verdade, são os ajustes do Governo Federal.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereadora, quero cumprimentá-la por sua linha no seu discurso, porque, realmente, é isso. E se permite, quero acrescentar mais uma coisa: o que o Governo do PT fez foi privatizar o ensino superior, e foi uma privatização branca – acho que ajudou muita gente –, mas privatizaram a faculdade através do ProUni e, agora, através do Fies.

(Aparte antirregimental.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Obrigada, Ver. Cecchim. Na verdade, começou no Governo Fernando Henrique a inversão do tripé, agora, diante de um grau da pouca participação e adesão dos jovens no Ensino Superior, nós achamos que medidas paliativas são importantes. Agora, o que não dá é para ter medidas paliativas, e no meio delas, cortá-las, jogando no desespero milhares de estudantes. Todos sabem que sempre defendi a universidade federal, não como ela está, porque nós precisamos ampliar radicalmente o número de vagas, mas nós precisamos garantir que o ProUni seja acompanhado de assistência estudantil, de políticas de permanência, de bolsas, e que o Fies não seja encerrado no meio, porque na verdade, existe aqui uma demagogia. A Presidente Dilma vai à TV pedir paciência aos brasileiros, mas, na verdade, a paciência é só para os trabalhadores e para a juventude, porque segundo o próprio Lula – e qualquer economista sério –, os bancos nunca ganharam tanto neste País. O Itaú está

pág. 16

comemorando os lucros recordes. Então, a paciência é para quem? A paciência é para os trabalhadores. Não se pode ter paciência, direitos não se negociam; seja a terceirização – e aí eu concordo, obviamente, com a Ver.^a Sofia, nós estamos na linha de frente contra a terceirização também, mas não adianta ser contra uma medida que ataca os trabalhadores e silenciar sobre as MPs que agora estão em discussão no Congresso e que acabam também com a CLT, mexendo no seguro-desemprego e atacando um direito sagrado dos trabalhadores brasileiros.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PELO nº 002/12.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste. O projeto do Ver. Sebastião Melo que a Ver.^a Jussara Cony desarquivou tem realmente um valor para movimentação. Eu tenho alguns questionamentos sobre a eficácia real de um projeto. Eu acho que o projeto tem que ter um valor maior. Por exemplo, que todas as obras iniciadas tivessem um tempo de conclusão. E muitas vezes o que estamos vendo é que não há tempo de conclusão. O meu medo é que possa ser mais uma lei inócua, porque quantas vezes, nas nossas casas mesmo, nós efetuamos metas e as alteramos? Mas acho que como iniciativa ela tem um valor muito grande. E certamente – acho que vai ser por unanimidade – vai ser incorporada ao acervo da intencionalidade. Ele é muito bom, mas na realidade tenho a preocupação, porque está previsto que, se não cumprir, vai ter uma pena? Então é sobre esse aspecto.

Mas quero aproveitar as diversas falas aqui sobre a questão do Fies. A Presidente Dilma, quando assumiu, colocou que a educação seria a sua prioridade número um, Ver. Pujol. Eu ouvi o Ver. Bernardino falando, sorrindo, eu disse: esse aqui é o Pinóquio, quando ela colocava – e foi há poucos meses – que a educação era o nº 1 da sua prioridade. Logo em seguida, assumiu o Ministro Cid Gomes, que toda a semana vinha dar explicação sobre o *site* do Fies, que não estava funcionando. Olha, eu nunca vi um *site* tão encrocado como o do Fies. E ele saiu e o *site* continua encrocado. Pelo menos, o novo Ministro, quando assumiu, chegou e disse: “Não, nós estamos com um problema, sim,

estamos com problemas e vamos tentar ver o que pode ser feito”. Na realidade, não era problema, mas uma situação do Governo com fluxo de caixa. Mas tem que dizer isso “estamos com dificuldade de fluxo de caixa”. Não dá para mentir para a população, aí não. Mudaram três ou quatro vezes as datas, milhares de brasileiros, estudantes, jovens buscavam se inscrever e não conseguiam acesso. Para informação, no Rio Grande do Sul, mais de 15 mil alunos não vão ter direito ao Fies neste ano, e estavam inscritos. Eu ouvi a Ver.^a Sofia dizer: “Não, todos”. Não vamos bancar o Pinóquio para cima de nós, há alguns que acreditam, mentem tanto, que acreditam naquilo que estão dizendo. Não é essa a realidade, é pura mentira! Então, na realidade, o que estão fazendo é um crime, com toda uma geração de jovens para os quais a única forma é essa questão do acesso. E, na realidade, o que foi feito? Mentiram para a população. E isso está dentro do primeiro projeto que nós falamos. Ora, se é essa a meta, vamos tentar pelo menos, cumprir; mas brincar e mentir, acontece isso: depois, se esconde atrás da casinha, para ver quem é que vai pegar. Todos vão pegar!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta, está com a palavra para discutir o PELO nº 002/12.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu acho muito bom a Ver.^a Sofia vir falar no Prometa, porque até o seu Governo não tem cumprido meta nenhuma: nem o Prometa, nem promessas. Não cumpriu a meta de inflação, a meta do PIB, a meta de geração de empregos.

A única meta, até agora, que o Governo Federal cumpriu foi a do superávit primário, que todos nós sabemos vem beneficiando os bancos, o sistema financeiro. Não é à toa que hoje, nos jornais, o Unibanco anuncia o seu lucro no trimestre de mais de 26%. O único lucro que teve no Brasil foi o sistema financeiro, devemos ter o anúncio do lucro do Bradesco, dos outros bancos.

Mas a questão do Fies, o Fies foi cancelado! A Ver.^a Sofia, como muito bem disse o Professor Garcia, vive no mundo de Caras, uma ilha de Caras, um mundo que não existe! O Governo anunciou o cancelamento do Fies e ela está fazendo uma propaganda de uma coisa que não existe.

E volto a reafirmar, aqui, a terceirização, que a Ver.^a Fernanda, e a Ver.^a Sofia, falaram aqui nos últimos 60 dias, o Solidariedade conseguiu lhe dar o discurso da terceirização, mas o seu Governo vem terceirizando tudo! O seu partido terceiriza a imprensa, terceiriza a educação, porque o ProUni nada mais é do que a terceirização dos bilhões, reconhecida por ela, para as universidades privadas, em vez de investir na universidade pública. Preferiu dar bilhões para a universidade privada.

Há pouco, veio a jornalista que trabalha comigo dizer que se beneficiou com o ProUni e que não tinha controle nenhum, que era uma bagunça na universidade.

Só que acontece, e eu falei para ela, no dia, e ela até ficou braba, que é a questão do Pronatec. O Pronatec teve 8 milhões de matrículas que não foram cumpridas.

As pessoas se matricularam, não foram mais, e o Governo continuou honrando essas matrículas, continuou pagando essas matrículas para o Sistema S.

Isso já vinha acontecendo no ProJovem. E não sou eu quem está dizendo isso.

Isso é dito pelo Tribunal de Contas da União. Isso foi auditado, isso foi conferido, lá no ProJovem, lá em 2008, 2009, 2010, 2011, já acontecia no ProJovem.

E o Governo trocou o sofá da sala: acabou com o ProJovem e criou o Pronatec.

Só que deixou os mesmos a cuidar do sistema, que é o Sistema S, e continuou o mesmo número de pessoas. E isto segue acontecendo no ProUni: as pessoas se matriculam, em função de suas atividades profissionais, desistem, e as universidades continuam faturando. Não existe um controle do Governo. Agora, dizer que o Fies foi a grande descoberta do mundo? As pessoas estão aí, o Ver. Professor Garcia acabou de dizer o número de pessoas que, aqui no Rio Grande do Sul, não vão ser beneficiadas. A Ver.^a Fernanda Melchionna disse a quantidade de pessoas que não estão sendo beneficiadas. Então, eu acho que nós temos que vir aqui e falar a verdade.

Nós temos que parar de defender aqui coisas que são inverdades, que o Governo Federal vem praticando e uma delas é a terceirização; é quem mais terceiriza. Hoje, nós estamos, lá em Brasília, tentando derrotar a MP nº 664 e a MP nº 665, que tiram direitos dos trabalhadores. O Presidente Lula, hoje, está no Acre inaugurando a terceirização de 2.400 postos de trabalho da empresa do seu filho. No Acre, inaugurando a terceirização de 2.400 postos de trabalho, inaugurando um frigorífico que gera 40 empregos diretos e 400 empregos indiretos. Os 400 empregos são terceirizados. Então, é casa de ferreiro e espeto de pau. Então, continua o discurso contra a terceirização, mas o partido e o

Governo continuam terceirizando. E a última é que o Banco do Brasil, o banco do Governo, agora, mandou seus funcionários trabalhar em casa. Seus funcionários pegam seus *notebooks* e trabalham em casa. Então, é um absurdo isto: o próprio Governo é o defensor da terceirização, da prática da terceirização, e aí nós queremos é regularizar isso. Nós queremos acabar com essa prática que o Governo Federal faz, o Governo do Estado faz e, principalmente, as principais Prefeituras que o PT administra fazem isto: terceirizando tudo, Ver.^a Fernanda. Os Governos do PT não terceirizam só a ponta; terceirizam ponta, meio e fim. Terceirizam até as direções de escola. Terceirizam até a questão da saúde. Terceirizam a questão da limpeza urbana. Eu lhe provo, eu lhe provo isso e dou o exemplo de Canoas, onde vários pontos são terceirizados: na saúde, na educação, na limpeza pública. Da próxima vez que eu falar aqui, eu vou lhe provar que na Prefeitura de Canoas, que é a maior prefeitura administrada pelo PT na Região Sul do Brasil, há vários setores que são terceirizados, assim como na Prefeitura de Rio Grande, a segunda maior Prefeitura administrada pelo PT, em que vários setores são terceirizados – casa de ferreiro, espeto de pau. Mas, com força, fé, solidariedade e esperança, nós vamos melhorar a vida dos trabalhadores num todo, inclusive dos terceirizados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PELO nº 002/12.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Vereadores e Vereadoras, estamos discutindo Projeto de Emenda à Lei Orgânica que inclui o Programa de Metas no rol das competências privativas do Prefeito, determinando que as Leis Orçamentárias incorporem as prioridades, os indicadores de desempenho e as metas quantitativas e qualitativas desse programa. Em princípio, sou a favor de haver uma orientação, uma direção correta para as leis, especialmente às Leis Orçamentárias. O Ver. Garcia falou que as metas mudam; efetivamente, as metas mudam, mas acho que as metas deveriam ser mais bem estudadas, por isso coloquei – já está circulando nesta Casa – um projeto chamado Orçamento Impositivo, Ver. Nereu, que obriga o Prefeito a cumprir o orçamento. Se ele não cumprir, Ver. Sgarbossa, terá que justificar plenamente o

porquê do não cumprimento daquelas verbas orçamentárias. Então, o Orçamento Impositivo irá orientar e regular mais detalhadamente esse assunto. Em princípio, acho que é importante aprovarmos esse Programa de Metas, um projeto do então Ver. Sebastião Melo.

A Ver.^a Sofia subiu aqui e falou sobre o ProUni e sobre o Fies. Eu queria lembrar, Ver. Guilherme Socias Villela, que o ProUni foi, efetivamente, um benefício importante para os nossos universitários; no entanto, gostaria de lembrar que o ProUni foi criado especialmente com os recursos das verbas de filantropia das universidades filantrópicas, ou seja, retirou, Ver. Nereu, verbas da PUCRS, da Ulbra, da UniRitter – que, antigamente, era uma universidade com verbas filantrópicas –, do IPA, somando essas verbas. Devem ter colocado algum recurso em cima, mas sempre é bom lembrar que fazem benefícios com os recursos dos outros, temos que deixar isso muito claro.

Agora, estranhei a Ver.^a Sofia, que é uma defensora da área da educação, dizer que R\$ 2,5 bilhões para 50 ou 60 mil estudantes que obtêm financiamento – financiamento! – do Fies são suficientes. V. Exa., Ver. Cecchim, deixou muito claro que de dez a quinze mil ficarão sem estudar porque acabou a verba da pátria educadora. Ora, senhores, pátria educadora! Ver.^a Mônica Leal, falta verba para a pátria educadora. Temos que deixar muito claro, esclarecer às pessoas o que realmente está acontecendo.

Em princípio, votarei a favor desse projeto, que, ao menos, orienta a Lei Orçamentária e o programa de metas no Município de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PELO nº 002/12.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, servidores e público que nos assiste, nós estamos aqui falando de um projeto específico, mas concordo que precisamos fazer um raciocínio sobre o tema. Primeiro, sobre o nosso novo Ministro da Educação Renato Janine, aplaudido por todos, procurei e não consegui encontrar nenhuma crítica em relação ao seu nome, à sua seriedade, à sua trajetória acadêmica e ao seu compromisso com a Educação.

Quero trazer aqui a informação de que foram investidos R\$ 2,5 bilhões em novos contratos só no primeiro semestre deste ano. A previsão é de que serão investidos, em novos contratos do Fies, R\$ 15 bilhões. É verdade, tem mais procura do que se consegue atender. A notícia no jornal Correio do Povo de ontem é de que são 500 mil que procuram, e as vagas eram somente para 250 mil contratos novos. Quero lembrar do tempo – não faz muito tempo que eu me formei – em que, na universidade, menos de 1% dos jovens a frequentava. Essa realidade mudou brutalmente. São milhares de jovens que hoje têm acesso à universidade. Não precisa de muito esforço para entender quando chega nesse período do vestibular, e as pessoas fazem faixas dizendo: “Valeu, Fernando!”, “Valeu, João!” “Bixo Direito!”, etc. A cidade está repleta de calouros que acabam de passar no concurso, não é privilégio só de alguns bairros centrais, é de toda a Cidade. O que é um orgulho para nós do Partido dos Trabalhadores, que estamos em um governo de coalizão. É muito estranho escutar Vereadores do PMDB, que estão na Vice-Prefeitura de Porto Alegre, que administram o Estado com o Governador Sartori, que estão lá com o Vice-Presidente Michel Temer, um homem que faz a política do Governo Federal, baterem nos seus próprios colegas de partido. Acho que aí está o medo de que, em 2018, venha novamente o Lula, ganhe as eleições e continue com o projeto que tem dado certo nos últimos anos, certo para quem mais precisa.

Mas vamos entrar num tema mais específico. É saudável a proposta de se estabelecer metas quantitativas e qualitativas. Não é à toa, o nosso mandato tem um projeto de lei de emenda à Lei Orgânica do Município, prevendo justamente a oficialização dessa cultura da avaliação das políticas públicas. É disso que estamos falando. Um dos Vereadores que me antecedeu, o Ver. Professor Garcia, disse que se estabelecem metas, mas as metas são mutáveis. Bom, mas até aí há um aprendizado. Se você estabeleceu um prazo e não conseguiu cumprir, por que não cumpriu? Vejam que avaliar políticas públicas não é avaliar apenas resultados – se deu ou não deu certo –, porque isso já entra numa análise de mérito; é também importante avaliar o esforço que foi feito, se foi um esforço condizente com o mínimo razoável para atingir aquela finalidade.

Eu quero saudar aqui no sentido de a gente conseguir estabelecer no Município e nas políticas públicas em geral uma cultura de avaliação das políticas públicas. É disso que estamos falando. Por isso estranho nós debatermos um tema tão importante aqui, saber se as políticas públicas estão dando certo ou errado, sem querer desmanchar tudo de um

governo para outro, aprender com avaliação, aprender com aquilo que está errado e corrigir o que está errado. E aqui quero fazer uma saudação ao candidato Fogaça, do PMDB, que dizia que o que estava bom ficaria – coerente sinalização -, elegeu-se Prefeito desta Cidade reconhecendo que havia muitas políticas acertadas no Município de Porto Alegre nas direções do Partido dos Trabalhadores. É nesse sentido que temos que caminhar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PELO nº 002/12.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Sr. Presidente, caros colegas, muito boa tarde. Eu quero, antes de mais nada, me referir ao tema da nossa pauta da Ordem do Dia, o Prometa. Este projeto vem de muito antes da minha entrada na Câmara e é, na minha opinião, uma daquelas raríssimas oportunidades que temos aqui de fazer um movimento suprapartidário de fortalecimento do Parlamento, da política, da gestão pública, um projeto do atual Vice-Prefeito Sebastião Melo junto com vários Vereadores, refiro-me também ao nosso ex-Vereador Adeli Sell, do PT, e a vários outros Vereadores de outros partidos que construíram juntos esse projeto que busca trazer para Porto Alegre essa experiência do Movimento Nossa São Paulo, do Oded Grajew, que inclusive é um crítico áspero ao meu partido. Independente disso, é um projeto meritório porque busca estabelecer uma pactuação para que aquilo que os candidatos – todos, nós não estamos falando da atual gestão, estamos falando para o futuro – apresentam no programa eleitoral se torne um compromisso para a gestão. É fácil fazer promessas no período eleitoral, falando de forma bem geral, tem que haver uma coerência entre aquilo que se apresenta na eleição e aquilo que se transforma num programa de governo e isso tem que se desdobrar em metas para que a sociedade possa acompanhar.

Então, é um projeto altamente meritório, eu diria que, de certa forma, é uma reforma política da nossa Cidade, uma reforma da gestão do Município, uma grande oportunidade que espero e tenho certeza de que vamos apreciar com esse olhar, realmente, de grande relevância.

Saindo desse tema e dialogando com os colegas que vieram tratar de outros assuntos, o que também é absolutamente legítimo, gostaria de fazer uma referência. Fiquei feliz que alguns colegas vieram tratar do Fies, porque, se tem uma coisa de que nós, do Partido dos Trabalhadores, realmente temos absoluto orgulho é da revolução do Ensino Superior e do Ensino Técnico, feita nos dez anos, do que, aliás, o próprio PMDB deveria se orgulhar também, porque faz parte desse processo, assim como vários outros partidos que aqui estão e que fazem parte desse projeto político que revolucionou a educação. Acredito que no futuro, quando falarem desse período, vão falar muito menos das questões positivas, muito menos do Bolsa Família e mais dessa revolução do Ensino Superior, que fez saltar de 7% dos alunos de Ensino Superior para 20%, naquilo que demorou 503 anos para termos 7% dos jovens de 15 a 30 anos na universidade, e nós fizemos saltar de 7% para 20% em dez anos.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Alberto, nós, às vezes, temos algumas discussões até ásperas, mas de frente. Hoje quero elogiá-lo nos dois tempos do seu discurso, e quero dizer que realmente o ProUni foi um ganho, não tenho dúvida nenhuma, isso eu digo aqui, publicamente, em qualquer lugar, é um dos acertos do Presidente Lula. O ProUni ajudou muita gente que não tinha condições de estudar e está estudando.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Exatamente, infelizmente nem todos os setores políticos - e essa é uma crítica que muitas vezes fiz ao PSOL - compreenderam o que significava o ProUni, porque, na verdade, a União conseguiu cobrar os impostos, nunca antes pagos por essas instituições filantrópicas, com outros benefícios fiscais, e devolver isso à sociedade, hoje com 2 milhões de pessoas da periferia formadas no Ensino Superior. E o próprio Fies, eu fico feliz com a reivindicação de que 250 mil é pouco. No último ano do Governo Fernando Henrique, foram 50 mil. Que bom que hoje acham que 250 mil é pouco, nós também achamos, queremos voltar para os 540 mil do semestre passado, acho que a imprensa esqueceu de elogiar quando eram 540 mil. Como, aliás, aqueles que apostavam contra o ENEM se deram mal, hoje o ENEM, que teve 10 milhões de pessoas inscritas, é o maior concurso público do mundo, é a maior porta de acesso ao Ensino

Superior, e as mais de 125 escolas técnicas, Ver.^a Sofia, que o Presidente Lula construiu neste País.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Kopittke, só para o telespectador não ficar em dúvida: 250 mil são novos, e mais 500 mil se inscreveram novos para este ano. Mas o montante do Fies já é de R\$ 15 bilhões no total, entre os valores, dos que tiveram e mantiveram a bolsa, e os novos.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Perfeito, e, para concluir, Presidente Mauro, se o Congresso e algumas forças ocultas, como diriam Brizola e Getúlio, não entregarem o Pré-Sal, podem ficar tranquilos, porque a Presidente Dilma, até a comemoração do aniversário da República, nos entregará a meta do Plano Nacional de Educação de 32% da juventude dentro das universidades. Já fizemos de sete para vinte e vamos chegar de vinte para trinta e dois, podem ter certeza. E quem apostar contra, como muitos apostaram, inclusive dentro das universidades públicas que foram contra o Reuni, vai perder novamente.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Sr. Presidente, solicito renovação de votação da Indicação nº 007/15, que foi votada anteriormente. Pelo Regimento, é possível fazer o pedido de nova votação, antes da votação do projeto seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Ver. Marcelo Sgarbossa, está feito o registro. Solicito que V.Exa. faça o seu Requerimento por escrito.

Está encerrada a discussão do PELO nº 002/12, que, na próxima Sessão, entrará em votação.

Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esta Presidência solicita a alteração da ordem de priorização da votação, para que, primeiro, passemos à votação da Indicação nº 014/15. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Solicito que a Ver.^a Jussara Cony assuma a presidência dos trabalhos, pois o próximo projeto a ser votado é de minha autoria.

A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento): Sr. Presidente, eu solicito que o Requerimento nº 049/15 seja votado logo após a votação dos títulos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(A Ver.^a Jussara Cony assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro, a Indicação nº 014/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**; 1 **ABSTENÇÃO.**

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em discussão o PLL nº 181/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 181/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM.**

(A Ver.^a Jussara Cony reassume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Jussara Cony): Em discussão o PLL nº 217/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM.**

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em discussão o PLL nº 272/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 270/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**.

Em votação o Requerimento nº 049/15. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 049/15, como autor.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores. Subo à tribuna porque não posso me furtar de comentar o lamentável episódio que aconteceu no Paraná. Os desdobramentos daquela batalha campal - não vejo outra forma de classificar o que ocorreu no Paraná – agora estão se fechando. Nós tivemos o afastamento do Secretário da Educação do Estado. Na minha modesta opinião, quem deveria ser afastado é o Secretário de Segurança, que é o comandante geral daquelas tropas que agrediram - aquilo não foi defesa, foi agressão, agressão deliberada contra servidores que estavam única e exclusivamente lutando pelos seus direitos, lutando pela não redução e não prejuízo da sua aposentadoria, daquilo que lhes garantiria uma aposentadoria digna. Mas, ao contrário do que pregam as nossas boas leis de comportamento, foram covardemente espancados.

Eu tive a oportunidade, pela facilidade das mídias, da tecnologia, de acompanhar vídeos postados, não por sadismo, porque, infelizmente boa parte da população fez comentários extremamente ofensivos, do tipo: “Tem mais é que tomar porrada, bando de baderneiros”. O que é isso? Pessoas lutando pelos seus direitos, atacadas de forma brutal; outros dando força àquela barbárie. Não podemos fechar os olhos! Temos que, sim, manifestar a nossa solidariedade, o nosso posicionamento como instituição, como Câmara Municipal. Esse posicionamento é fundamental, para que todos nós - independente de partidos políticos, ideologias - precisemos, sim, mostrar que não somos favoráveis à agressão como forma de lidar com manifestações populares. Esse não é o caminho. Onde está o diálogo? Onde está a conversa? Onde está a troca que é estabelecida através de diálogo, porque “di”, vem de dois. Finalizo as minhas palavras, manifestando mais uma vez o meu posicionamento de contrariedade a todas as atitudes que foram tomadas pelo Governo do Paraná, e o seu Governador Beto Richa. Isso é uma vergonha; quem deveria ter sido

afastado do cargo é o Secretário de Segurança. O Governador, se tivesse decência - é muito difícil de cobrar decência, vergonha na cara de certas pessoas -, deveria também entregar o seu cargo. Uma boa tarde e solidariedade aos professores que apanharam covardemente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 049/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Bem, senhores e senhoras, não poderia deixar, como professora, como sindicalista de alguns anos, de vir aqui e dizer que nós, enquanto Câmara, temos o dever ético, moral, republicano, de repudiar a forma como os professores foram tratados no Paraná. Aliás, o Secretário de Segurança, pelo menos eu ouvia ontem o jornalista Ricardo Boechat dizendo que ele falou, publicamente, que nada justificava a forma como agiram. Não pediu desculpas, mas a própria segurança pública do Estado do Paraná reconhece que o que aconteceu foi, absurdamente, despropositado, e com professores.

Eu me lembro, senhores, de todas as greves que fizemos. Quando eu entrei o Prefeito era Alceu de Deus Collares; nós, municipais, fizemos várias greves. Estava em debate o plano de carreira dos professores e dos municipais. E tivemos greves grandes, depois, tivemos greves em todos os Governos das administrações populares. Eu fui por oito anos sindicalista, fiz greve com o meu Governo. Estive no Simpa, na ATEMPA; nunca, nunca, não tenho recordação de qualquer violência contra as nossas manifestações. Sempre abrimos espaços de diálogo; algumas vezes, fomos derrotados nesta Casa, e eu me lembro muito da primeira votação que eu vim aqui combater, sobre uma gratificação para os técnicos, a GIT dos técnicos-científicos. Alguns Vereadores lembram, o Ver. Dib lembra, que estava aqui, à época, que como sindicalista estava eu aqui. Acabava que algumas questões da luta lá na rua, com o Executivo, terminavam nesta Casa.

Acho que não há o que justifique, no século XXI, que o movimento de trabalhadores não possa ser levado à exaustão pelo diálogo. Eu duvido que, se o Governador Richa não tivesse sentado inúmeras vezes, discutido a situação financeira do Estado, não construiria com os funcionários alguma outra saída, com a sociedade, com a Assembleia Legislativa.

Os professores foram agredidos, humilhados. Eu imagino o que significa para um professor, para uma professora, se sentir humilhado, atacado por cães, na sua luta por defender o fundo de previdência. Imaginem, aqui, se fossem mexer no fundo de previdência do Previmpa, Ver. Nedel, que todos os partidos desta Casa, do atual Governo e do Governo anterior, defendem e sustentam. Vejam que a chapa do Previmpa, as duas últimas têm sido por uma chapa única de acordo, construção dos municipais, ou seja, todos sabem a importância para o Governo, para saúde financeira do Município e para os municipais, que aquele fundo, de fato, cumpra a sua função. Então, era uma luta legítima dos professores; legítima, importante, merecia diálogo e não o que aconteceu lá. Então, eu, na verdade, também encaminhei uma Moção de Repúdio ao Governador - eu não sei se ainda vamos votar ou se a DL considerou a causa resolvida -, mas todo apoio aos professores. Ontem, teve um ato belíssimo no Paraná. Quero dizer que a gente, às vezes, se assusta com a postura das torcidas, Vereador-Presidente Mauro, mas as torcidas, no domingo, nos campos de futebol do Paraná, gritavam em coro o protesto em relação à atitude do Governador e da segurança contra os professores, nos teatros. Eu acho que foi lindo, me arrepiou. A sociedade não aceitou o tratamento que foi dado aos professores, não aceitou. Isso significa que não há só irracionalidade no homem-massa, na mulher-massa, quando estão todos juntos. Há racionalidade, o povo está indicando aos seus Governantes como quer que a política seja encaminhada. Eu acho que isso é ensinamento para nós, e a nossa Câmara, mais uma vez, vai cumprir uma função importante, dizendo que não concorda, repudia, e que não se instale mais esse tipo de comoção neste País. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 049/15.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; senhoras e senhores; falo em meu nome, em nome do nosso Partido, PSB, e em nome do Ver. Paulinho Motorista. Quero dizer que merece, sim, Ver. Alex e Ver.^a Fernanda, uma manifestação com relação a este tema.

A minha avó era professora, aposentou-se como professora. A minha mãe é professora, sempre da escola pública. A minha irmã é professora. Meu caro Ver. Paulo Brum, lá nas bandas de Arvorezinha e adjacências. Sou professor! E eu jamais havia visto – e acredito que isso não deva se repetir – uma barbárie, uma atrocidade como se viu fazer com os professores e professoras do Paraná.

Discute-se tanto a educação, a importância dos professores no contexto da educação de um país, e um país só se desenvolve, cresce, progride por intermédio da educação, do investimento em educação; e acompanhamos uma tragédia no Paraná: os policiais largando *pit bull* na direção dos professores.

Portanto, muito rapidamente, não poderia deixar de estar aqui para trazer a nossa mensagem de solidariedade aos educadores, que foi notícia no mundo inteiro. Nós vamos votar favoráveis à Moção de Solidariedade com os professores, educadores do Estado do Paraná. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 049/15, pela oposição.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Caros colegas, não poderia me eximir de vir aqui transmitir o nosso apoio. Venho aqui no tempo de oposição, em nome do PCdoB, do PSOL e do PT. Todos nós, certamente, ficamos chocados com as imagens e com os relatórios que tem saído do episódio da batalha campal que nós assistimos em Curitiba há poucos dias. Eu li um relatório, Ver.^a Fernanda, dizendo que 388 pessoas foram atingidas no rosto, acrescentando mais um adjetivo: professores, Ver.^a Sofia. Agora, o próprio Governador Beto Richa está recuado da tentativa inicial – porque houve uma repercussão negativa da de todos os segmentos da sociedade –, de falarem: “Não, foram *black-blocs*”. Ouvimos bastante desse discurso aqui, mas não vou entrar no mérito do Estado do Paraná, por estar, no momento, falando em nome de vários partidos aqui. Mas houve, então, aquele discurso: “Não, foram arruaceiros que incitaram”. E nós temos 388 professores com ferimentos no rosto de uma batalha campal que tinham uma liminar do Tribunal de Justiça do Paraná para que entrassem, dentro da Assembleia Legislativa, 420 professores; e a PM desrespeitou a liminar. O Presidente daquela Assembleia, a Polícia Militar do Paraná

pág. 30

e o Sr. Governador desrespeitaram uma decisão da Justiça do Paraná e jogaram a força pública de forma absolutamente brutal, que nos choca muito tanto pelo mérito que lutavam para a manutenção de uma lei do Governador Requião. Falava com o Ver. Cecchim, agora, que tinha sido estruturado determinado fundo de previdência, mas, principalmente, de que eu achei que nós já havíamos ultrapassado, depois de 2013, a era do uso da força descomunal, desproporcional, não técnica, porque, quanto àquilo que foi implementado, mais de mil bombas de efeito moral, não há nenhuma justificativa técnica para o procedimento estabelecido do uso progressivo da força, sem falar dos 20 *pit bulls* utilizados. Aliás, existem diversas convenções da ONU que proíbem o uso de cachorros em manifestações públicas, em ações de garantia da ordem por parte das forças policiais. Então, foi uma demonstração de um tempo antigo, em que se utilizam as forças policiais para a resolução dos problemas políticos da sociedade de forma brutal, autoritária, para, inclusive, cassar direitos sociais, e, justamente, contra os nossos professores.

Eu vi um cartaz maravilhoso, Ver. Alex, Ver.^a Fernanda, que mostrava uma foto, lá na Av. Paulista, em 15 de março, de um conjunto de pessoas que, vestindo a camisa do Brasil e pedindo a volta da ditadura, tiraram fotos com policiais militares, todos sorrindo e abraçados; e, embaixo, estavam as imagens do Paraná. A imagem dizia o seguinte: “Quando se pede a volta da ditadura, se é tratado com educação; quando se pede educação, se é tratado com força bruta”. Então foi um triste atraso que nós tivemos.

Espero que esse tipo de ato jamais volte a ser repetido no Rio Grande do Sul, como nós assistimos em outros tempos; que, efetivamente, os Estados regulem o uso da força, instaurem comissões das Assembleias Legislativas para acompanharem as atuações de contenção de manutenção da ordem pública; e, que, efetivamente, se tenha um controle da atuação policial nesse tipo de episódio. Não podem os Governos – o que não foi o caso do Paraná – ficarem reféns de forças policiais que não prestam contas das suas atividades e não são responsabilizados. Aliás, vão ser julgados no tribunal militar, e, possivelmente, também, pelos seus pares, não tendo nenhuma responsabilização. Então, venho aqui comungar dessa manifestação e lastimar o ocorrido, que não foi só para o Paraná, mas para toda a democracia brasileira.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Bernardino Vendruscolo: Presidente Mauro, estou um pouco preocupado e consulto V. Exa. se tem notícia da CPI. Vários me perguntam sobre a instalação e eu não sei o que responder. Gostaria que o senhor se manifestasse sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Ver. Bernardino, ela está tramitando, já passou pela Procuradoria da Casa, está tudo *o.k.*; foi encaminhada para a Diretoria Legislativa e, agora, estão sendo montados os blocos, porque são 12 Vereadores e nós temos 14 partidos.

Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra, Líder do PSD (Lê.): “O Vereador que subscreve requer seja substituída a sua participação no rodízio de partidos para a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito de que trata o presente expediente, justificando o requerido pelo fato de o PSD constituir Bancada com apenas um integrante, e já designado para duas Comissões Especiais em andamento, não tendo condições de cumprir adequadamente com os compromissos que uma CPI demanda”.

Após votar o Requerimento, vou colocar em votação este do Ver. Tarciso. Depois, a Diretoria Legislativa terá a posição para poder montar a Comissão com os 12 Vereadores, em que os Líderes indicarão os membros da CPI.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 049/15.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em 1979 eu fiz a minha primeira greve geral, foi uma greve específica. De lá para cá, minha vida tem sido de greves em vários setores e em vários segmentos, e em cada uma dessas greves, principalmente na construção civil, na metalurgia e no setor de transporte, sempre houve uma intervenção, dependendo do governo, mais forte, mais contundente, com menos diálogo, dos órgãos públicos.

Na greve de 1983, ainda me lembro, Ver.^a Fernanda e Ver. Professor Alex, que um companheiro meu, da Força Sindical, a Luciana Genro e a Jussara Cony ainda saíram machucadas e foram presas – na Sudeste - e depois, insistentemente, foram presas no Mercado Público, e eu fui junto. Mas coisas normais de greve.

Mas essa atrocidade do Paraná, eu nunca presenciei na minha vida de sindicalista! Nunca! Nós fizemos greve na GM, quatro ou cinco foram para o hospital com escoriações,

mas nunca esse número absurdo que se viu no Paraná, principalmente de mulheres sendo agredidas no rosto! Se viu as pessoas tomarem botinadas de brigadianos, cutucão de brigadianos; se via as pessoas de braços cruzados, segurando ônibus, e uma série de coisas. Esse absurdo que se viu no Paraná nunca se viu, desde que eu iniciei no movimento sindical, nunca se teve notícia de um número tão grande de pessoas sendo atingidas e, principalmente, no rosto. Pessoas que estavam, pacificamente, num movimento, reivindicando o seu direito à aposentadoria, o seu direito a direitos adquiridos, desarmadas, serem agredidas dessa forma absurda. O próprio Secretário de Segurança disse que era um absurdo o que viu. E a sociedade está estarecida com o que viu. Estarecida com a forma grotesca, brutal, medieval, como foram tratados os educadores. Como foram tratadas as pessoas que estavam reivindicando os seus direitos. E agora virou moda dizer, quando se cometem essas atrocidades, que ou é torcida organizada que está no meio ou é *black bloc*, mas não tem imagem que mostre *black bloc* ali, o que mostram são educadores, pessoas reivindicando seus direitos. Caiu por terra a desculpa de *black bloc*, de torcida organizada, não tinha nada ali! Ali havia sindicalistas, professores lutando pelos seus direitos, era isso, e incomodou não sei quem, incomodou quem estava tentando tirar direitos dos trabalhadores, direitos sagrados da aposentadoria, direitos sagrados das pessoas que lutaram para garantir os seus direitos.

Nós vamos votar a favor dessa Moção de Solidariedade para que, com certeza, ela chegue ao Governo do Paraná, à Assembleia Legislativa, ao Congresso Nacional, a todas as Casas Legislativas, Moção de Apoio aos professores do Paraná, Moção de Apoio àqueles guerreiros que enfrentaram esse absurdo. Na minha vida de dirigente sindical, em que fiz greves não só no nosso Estado, mas em todo o Brasil, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Nordeste, eu nunca vi tal absurdo. No próprio Paraná, eu fiz greve na Renault, Volkswagen, e não vi esse absurdo que se viu agora no Estado do Paraná, um absurdo mesmo na história do movimento sindical. Eu nunca vi isso na minha vida e fiz greve num período de transição, saindo da ditadura para o Estado Democrático em que vivemos, e jamais se imaginou ver essa atrocidade nos rostos das pessoas. O que me marcou muito foram os números que o Ver. Alberto Kopittke trouxe aqui, os rostos das pessoas sendo atingidas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 049/15.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, fui muito contemplada com muitas intervenções que me antecederam, o que é muito positivo. O meu colega, Ver. Prof. Alex Fraga, que tem essa experiência da luta pela educação, falou na tribuna de forma brilhante como foi inaceitável o que aconteceu no Estado do Paraná. E todas as intervenções depois, Ver.^a Sofia, Ver. Alberto Kopittke, Ver. Cláudio Janta, Ver. Airto Ferronato, foram justamente no mesmo sentido. Isso é muito importante, porque nós, na Câmara de Vereadores, já nos manifestamos sobre muitos temas. Nós nos manifestamos diante de muitos absurdos e muitas barbaridades, e esse é um dos casos em que o silêncio é omissão. O que aconteceu no Paraná foi justamente a visão de uma batalha campal em que, de um lado, estão as forças de Segurança pública, e, do outro, estão trabalhadores lutando, de maneira democrática, pelo direito ao seu fundo de previdência e pelo direito de acompanhar a votação daquilo que lhe pertence. Vocês sabem que eles garantiram, na Justiça, que os trabalhadores não pudessem acompanhar a votação na Assembleia. Fizeram uma votação na Assembleia Legislativa do Paraná a portas fechadas para que os trabalhadores e trabalhadoras não se aproximassem de uma votação que dizia respeito ao seu futuro, ao seu fundo de previdência. Pior, o que já seria muito grave do ponto de vista da análise e da concepção do direito das pessoas a acompanharem as discussões relativas aos seus direitos de trabalhador. E mais graves ainda foram as cenas que nós vimos: professores gravemente feridos, atingidos por balas de borracha, mordidos por *pit bull*, atingidos por gás de pimenta, *sprays*, cassetetes, uma violência brutal contra os trabalhadores que se mobilizavam. Aos trabalhadores da Segurança pública que se recusaram a cumprir a ordem, houve rumores de que estavam sendo perseguidos dentro da Secretaria de Segurança Pública por se recusarem a servir como tropa de choque de um governo que massacra agredindo os trabalhadores da educação. Então, eu quero também deixar aqui o meu registro e a minha solidariedade a todos os policiais militares que se recusaram a agredir professores – que se recusaram! Aqueles que se enxergaram como trabalhadores e como classe trabalhadora e se recusaram a levantar suas armas contra aqueles que educam seus filhos na escola pública – porque os brigadianos têm os filhos na escola pública diante dos baixos salários

e das péssimas condições de trabalho. São aqueles professores que educam seus filhos, que educaram esses trabalhadores, que educaram os policiais militares, que educaram, inclusive, os deputados, que, de portas fechadas, aprovaram o ataque brutal de direitos. E, sinceramente, concordei muito com a fala do Ver. Prof. Alex, que disse da necessidade de afastar o Secretário de Segurança pública. Eu também acho, Prof. Alex, como o senhor, que o Governador não tem condições de governar. Um Governador que usa as forças de segurança contra o seu próprio povo não tem nenhuma condição de governar. O que aconteceu no Estado do Paraná mostra a incompetência de um Governo e, ao mesmo tempo, a truculência e violência que usa contra os trabalhadores que lutam por direitos. Porque eles querem repassar a conta para os trabalhadores, da crise econômica, da dívida draconiana com a União que massacra os estados. Querem passar a conta para os trabalhadores da farra que fazem com os recursos públicos num País que é a sexta economia do mundo. É inaceitável! Inaceitável! Se os trabalhos resistirem, então, a nossa solidariedade à luta e à greve dos trabalhadores. A nossa solidariedade diante dessa violência é uma solidariedade importantíssima que a Câmara aprove, hoje, por unanimidade, essa Moção, porque certamente mostrará que, mais uma vez, nós não silenciaremos! Não silenciaremos diante da injustiça! Não silenciaremos diante da violência! Não silenciaremos diante da barbárie! Não silenciaremos diante da brutalidade! Não silenciaremos diante daqueles que não têm mais condições de governar, como o Beto Richa.

Quero aqui concluir falando que, na sexta-feira, também terá um ato em Porto Alegre, em solidariedade aos professores. A nossa bancada estará presente. É um ato muito importante, porque, nesses momentos, toda forma de solidariedade, toda forma de resistir à violência é fundamental para garantir respeito aos educadores e para garantir todas as medidas jurídicas, de punição aos responsáveis. E também políticas, no sentido de fortalecer ao Beto Richa, que, no final do campeonato paranaense, as duas torcidas dos times que se enfrentavam tiveram uma concordância cantando: "Fora Beto Richa".

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 049/15.

A SRA. JUSSARA CONY: Ver.^a Fernanda Melchionna e Ver. Prof. Alex Fraga, a Bancada do PCdoB está firme aqui no sentido de apoio a essa moção. Inclusive está tramitando uma moção de Apoio aos professores por sua luta, que é uma Moção do mesmo teor da Bancada PSOL. Nós vamos votar esta Moção e retirar a nossa, porque esta contempla exatamente isso. Eu acho que forja também uma unidade de Partidos históricos na luta pelos direitos dos trabalhadores e pelo direito à greve, pelo direito às manifestações. Vamos manter uma Moção de Repúdio – que também queremos contar com o apoio desta Casa – ao Governador Beto Richa e à sua Secretaria da Segurança, mas, fundamentalmente ao Governador, pelos atos de opressão, pela barbárie em relação aos trabalhadores em luta, pelos seus direitos. Um professor, quando sai para a luta ou qualquer trabalho, busca os seus direitos para ter mais condições de aplicação – principalmente os professores da rede pública – de uma política estratégica para o desenvolvimento, para a democracia, na busca, inclusive, de uma educação libertadora. Eu acho que os professores do Paraná dão exemplo, para as gerações, para os seus alunos, do significado do seu direito a condições de trabalho, à dignidade, à previdência, no sentido de eles poderem exercer – com a dignidade que têm como trabalhadores – a dignidade da profissão do Ver. Prof. Alex Fraga, da Ver.^a Sofia, que são professores, a dignidade de uma profissão que é cerceada, inclusive, no seu direito de buscar, de conquistar uma educação que liberte, que liberte a juventude, que liberte a sociedade.

A moção que estamos apresentando – retiramos esta para apoiar a do PSOL que está correta, é isso mesmo – é como encaminhamento da apuração desses fatos, porque as redes sociais mostraram muito bem, há um vídeo nas redes sociais no qual os trabalhadores estão apanhando, os trabalhadores estão sendo oprimidos, os trabalhadores estão sendo espancados a ponto de gerar uma série de ferimentos. E há uma farra na institucionalidade do Palácio, em torno do Governador Beto Richa, de suas assessorias e seus secretários, não se identifica com clareza, mas é uma farra em relação à opressão dos trabalhadores.

O Ver. Cláudio Janta fez uma retrospectiva aqui, e, cada vez que tu sobes à tribuna, eu me lembro do jovem Cláudio Janta, que ainda é jovem, mas era um jovem nas nossas lutas históricas de várias greves. Eu acho que essa retrospectiva sempre é boa, porque – eu procuro fazer também, sob o ponto de vista das lutas, contra a ditadura, luta pela democracia, há muito pelo que lutar que ainda – é uma forma de educar as novas

gerações no sentido de que esta Nação não começou agora, de que vivemos numa etapa de luta de classes acirrada e de que a greve é a forma mais elevada de luta dos trabalhadores. Eu aprendi isso na prática, na luta como dirigente sindical, como Presidente da Associação dos Farmacêuticos, dirigente do sindicato, depois, da própria Federação Nacional. A forma mais elevada da nossa luta é a greve, é quando nós, os trabalhadores, chegamos ao limite, porque não somos ouvidos, porque não somos considerados como aqueles que constroem uma nação. Qualquer violência contra os trabalhadores, ainda mais numa etapa como esta, acirrada, da luta de classes, pela crise no mundo, em face desta crise sistêmica e estrutural do capitalismo, nós temos que estar todos muito atentos, sem perda de perspectiva, defendendo a democracia, defendendo a soberania nacional, defendendo os direitos dos trabalhadores, fazendo os governos onde estamos inseridos avançar cada vez mais na garantia dos direitos dos trabalhadores. É como nós, mulheres, dizemos: nenhum direito a menos, muitos direitos a mais. Não podemos perder esta perspectiva de que a luta de classes está acirrada no mundo inteiro pela crise do capitalismo e de que o lado certo que temos que estar – este é o pensamento do PCdoB – é o lado dos trabalhadores, porque através desta luta, das greves, das lutas pelos seus direitos é que nós vamos conseguir uma nova sociedade. Então, todo o apoio, Ver.^a Fernanda e Ver. Alex, a esta moção. Voltaremos, quem sabe, na semana que vem, com a Moção de Repúdio ao Governador Beto Richa. Obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento nº 049/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Tarciso Flecha Negra, que solicita dispensa de participação na CPI. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 037/15. Após, retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 037/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Solicito alteração da ordem de priorização da votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 046/15. Após, retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 046/15. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 046/15.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, vim discutir a matéria – e o Ver. Cláudio Janta já sabia – com muita tranquilidade porque nós tivemos a oportunidade de votar, Ver. Janta, a sua Moção de Repúdio ao PL nº 4.330; e votamos com muita honra aquela Moção de Repúdio ao projeto que acaba com a concepção da CLT no Brasil. Qual não é a minha surpresa quando a Força Sindical e o Paulinho não só aprovam o projeto da terceirização como também, sempre que são entrevistados, defendem o que está acontecendo agora, o rasgar a CLT. Venho muito tranquilamente debater a tua moção, porque eu acho que um projeto que é ruim só teria uma emenda que salvaria: retirar o artigo que fala que a terceirização é aplicada em atividades inerentes, complementares e assessórias. E essa emenda foi rejeitada naquele bloco de votação feito na Câmara Federal. A emenda foi rejeitada por um conjunto de partidos que agora tentam aparecer como os defensores dos trabalhadores. Cito o exemplo do PSDB e de outros partidos, junto com o Eduardo Cunha que, se não me engano, organizaram uma manobra para votar um conjunto de emendas que dava prejudicialidade à única emenda que poderia tirar do PL nº 4330/2004 o que é mais grave: que é a ideia de poder terceirizar todas as atividades dentro de uma empresa. Então, nem vou entrar no debate

que entrei no encaminhamento anterior do que significa, do ponto de vista do mundo do trabalho, o rebaixamento global dos salários, o que significa do ponto de vista do aumento dos acidentes de trabalho. Mas vamos entrar também em discussão de como seria isso na prática, pois acho que o Zaffaroni, que é conhecidíssimo no mundo inteiro, fez um comentário, na Argentina, que, se fosse aprovado esse projeto nunca mais voaria no Brasil, pois não ia querer entrar em um avião com a pilotagem terceirizada, com a manutenção terceirizada e com o serviço de bordo terceirizado. Imaginem um hospital com anestesia terceirizada, com enfermagem terceirizada, com fisioterapia terceirizada. Entrar numa escola... porque eles dizem que o serviço público caiu a partir de uma emenda aprovada no texto da Câmara, mas no serviço público era proibida a terceirização mesmo com a Súmula 331. E mesmo assim a terceirização de atividade-meio aconteceu no serviço público. Ou não aconteceu? Ora, nós entramos em qualquer órgão público e tem terceirizado na limpeza, terceirizado na merenda, e ganhando pouco; basta conversarmos com as nossas amigas aqui da Câmara. Atrasaram o salário e a Câmara pagou. O presidente, quando perguntamos da tribuna, imediatamente disse que tinha pago para a empresa. Essa empresa fez um mexe aqui, pagou lá, não sei mais o que... e os trabalhadores não receberam! Basta perguntar, pedir o contracheque de uma terceirizada de limpeza e de um concursado da limpeza. Nós, que tanto criticamos o Grupo Hospitalar Conceição, fizemos luta e denunciemos, mas teve uma conquista da luta dos trabalhadores que foi a abertura de concurso público para a limpeza. Comparem o contracheque dos concursados e dos terceirizados. É um terço. E a lavanderia terceirizada nos hospitais, vocês vão querer ser tratados num hospital com uma lavanderia terceirizada? O que já acontece! É foco de proliferação de bactérias.

Então, gostaria de perguntar ao Vereador sobre as quatro emendas; a gente pode entrar no debate das emendas. Agora, acho inaceitável a votação, o apoio e a força que tem ocorrido a um projeto que massacra os trabalhadores. Assim como eu sempre digo – e cobrei agora, recentemente, da tribuna – que não adianta ser contra a terceirização e defender o que está acontecendo agora, com medidas do Governo, medidas provisórias que atacam o seguro-desemprego, que atacam o direito das pensões. Dois erros nunca fazem um acerto, e mexer com o direito dos trabalhadores sempre terá o voto contrário do PSOL em quaisquer que sejam os projetos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento nº 046/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** com os votos contrários da Ver.^a Sofia Cavedon, do Ver. Marcelo Sgarbossa e da Ver.^a Fernanda Melchionna.

Em discussão o PLCL nº 009/14. (Pausa.) O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLCL nº 009/14.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Vereadores e Vereadoras, está em discussão um projeto extremamente importante para nossa Cidade. É a lei que permite a implantação de helipontos em nossa Cidade. É uma lei básica, depois o Executivo irá decretar a regulamentação, os detalhes de toda a possibilidade de implantação de helipontos. Em 1998, apresentei esse projeto, aqui, inicialmente, sobre os helipontos, que demorou mais de dez anos para ser votado. Quando veio à votação, o Líder do Governo, Ver. João Antonio Dib, pediu que retirasse o projeto, tendo em vista que em dez anos o projeto ficou ultrapassado. Encaminhado, por nossa sugestão, à Secretaria de Urbanismo, deram vários detalhes, várias premissas, várias orientações, que foram todas aceitas, e, em abril de 2014, reapresentei o projeto devidamente atualizado, devidamente conversado com a Secretaria Municipal de Urbanismo, com a ANAC, com o V Comar. Estudamos, também, Ver. Guilherme Socias Villela, a lei que São Paulo instituiu e que está funcionando. Pois bem, temos, em Porto Alegre, já cinco ou seis helipontos prontos, mas que não podem operar porque não existe uma lei. E nós temos aqui helicópteros da Brigada Militar, da Saúde, de uma companhia particular que já está operando em Porto Alegre, mas não pode oficializar os helipontos. Essa lei é extremamente importante para nossa Cidade. Essa lei tem uma emenda minha, porque a Procuradoria informou alguns detalhes que indicavam vício de iniciativa. Eu corrigi com uma emenda. Depois, o líder do Partido dos Trabalhadores, Ver. Sgarbossa, colocou uma emenda. Eu aceitei, embora a emenda já tivesse vários detalhes sobre a regulamentação. Mas a gente aceita também, porque ela é importante. Só fiz uma emenda que retira a proibição de helipontos próximos a escolas. Por quê? Porque várias universidades pretendem, em breve, implantar helipontos em suas dependências. Por exemplo, ao lado da PUC fica o Hospital São Lucas, que precisa urgentemente de um heliponto para

transporte médico. Distribuí alguns esclarecimentos para os Vereadores se inteirarem. O que eu quero dizer é que este projeto está em andamento há mais de um ano nesta Casa e acho que está na hora de ser votado.

Peço, então, a aprovação das emendas e a aprovação da subemenda a este projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCL nº 009/14.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, esta discussão, apesar de o Ver. Nedel dizer aqui que tramita há um ano na Casa, eu há pouco estava ali com ele problematizando, porque é uma discussão de um conteúdo técnico não menor. Está em cima das mesas a justificativa do projeto, uma argumentação do porquê de aprová-lo – os argumentos favoráveis a este projeto. Claro que, quando nós falamos da questão da saúde, vira um argumento quase invencível, no sentido de que todos nós queremos, sim, um deslocamento ágil, dentro da máxima tecnologia possível. Esse é um dos pontos do projeto que nós temos acordo, e o projeto traz essa questão. Mas traz também uma discussão, que sinto falta tanto do ponto de vista técnico como do ponto de vista que o nosso mandato tem discutido muito, que é essa questão do transporte individual. E esse é um dos argumentos que está nesta folha que todos os Vereadores receberam, que seria também um atrativo para o recebimento de empresários, que teriam à sua disposição mais esse recurso para os deslocamentos.

Bom, nós sabemos que, em São Paulo, a lei foi aprovada, existe uma lei aprovada, mas há uma discussão sobre o horário de funcionamento dos helicópteros, o ruído que provocam. Por isso fizemos emendas aqui, incluímos parágrafos ao art. 6º, colocando a questão do horário de funcionamento, da impossibilidade de se fazer perto de escolas... O Ver. Nereu D'Avila entende que em escolas estariam abrangidas também as universidades. Bom, também universidades, me parece. Quero ressaltar que a prevalência, a prioridade do atendimento médico, inclusive no transporte em helicóptero tem que ser mantida. Isso, acho que é um bem que está acima de outras discussões, mas, me parece, que aqui podemos estar incluindo aí um transporte privilegiado, e,

pág. 41

muitas vezes, se fala em detrimento... Não é à toa que se fala em contrapartida do poder privado para a coletividade. Porque, muitas vezes, o poder privado consegue, tem recurso e tem o proveito de uma área pública, como é a questão das contrapartidas dos empreendimentos. Bom, também há contrapartidas no transporte! Então, estou aqui colocando problemas, problemas que ajudam a enriquecer o projeto. Nós fizemos uma emenda. Digo isso sem conhecer a questão técnica da aviação civil, que diz o Ver. Nedel que está solucionada ao longo do projeto. Eu posso confiar na sua palavra, mas nós não ouvimos especialistas, eu gostaria de ouvir qual é a discussão estabelecida nas outras cidades. E não é uma problematização menor, Ver. Nedel, seguidamente somos chamados aqui a votar em projetos em que o Vereador, logicamente, não consegue ser especialista de tudo. Esse é o caso: eu não sou um especialista em aviação civil, nem de helicóptero, nem de avião, nem de qualquer tipo. Só me preocupa uma lógica do deslocamento individual, porque não vai haver um transporte coletivo de helicóptero financiado pelo Poder Público, ou seja, um direito de todos andar de helicóptero – claro, estou aqui exagerando na figura de linguagem –, aqueles que tiverem necessidade e daqueles que tiverem recursos para ter um helicóptero.

O Sr. João Carlos Nedel: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, só para lhe informar que esse projeto foi elaborado pela Arquiteta Rosane Zottis, que teve reuniões seguidas com o V Comar, reuniões com a SMURB, para ver todos os detalhes do Plano Diretor, uma série de coisas. A Arquiteta Rosane Zottis é especialista em Plano Diretor, então, tem um calhamaço de estudos técnicos que foram bem detalhados. V. Exa. pode ficar tranqüilo, porque é uma coisa séria e importante para a nossa Cidade.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Ver. Nedel, eu não sou daqueles que acham que a técnica esteja acima da política. O que eu quero dizer com isso? Este argumento da autoridade, que a servidora de quem o senhor fala, tem conhecimento técnico – o.k. Mas sempre, por trás da decisão técnica tem uma decisão política, de quem privilegiar. É disso que nós estamos falando. Eu gostaria de ter a experiência das outras Cidades, que já enfrentaram esse tema, e questionar, inclusive, se não há...Só levantando um tema aqui: a questão de eventuais contrapartidas daquele sujeito que utiliza. Vejam, não é o

transporte médico, é o transporte individual do empresário, de seja quem for, que tem o helicóptero e que, obviamente, causa, no mínimo, ruído excessivo para a Cidade toda para ele poder se deslocar de forma mais ágil na Cidade. Então, é nesse sentido que eu levanto as questões aqui e não tenho como dizer que nos coloca aqui, a mim, pelo menos, em dúvida em relação ao mérito do projeto em si, que pode ser meritoso, mas talvez fosse melhor enriquecido. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCL nº 009/14.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu também, Presidente, da mesma forma queria fazer este debate de que um tema tão importante, que diz tanto respeito à da Cidade, dos ruídos, do horário de funcionamento. Eu diria mais também sobre de tributação, Ver. Nedel; eu fico chocada quando vejo que os helicópteros não pagam impostos, como o IPVA, por exemplo. Quem anda de carro paga o IPVA, um imposto caro. Não digo as empresas de locomoção de helicópteros, que cobram aluguéis, mas não existe um imposto para a utilização de helicópteros nas Cidades, o que acho que deveria!

Agora, entrando no mérito do Plano Diretor e da discussão da Cidade, eu entendo o argumento do Vereador de que houve reuniões com o V Comar, com a Rosane, que eu tive o prazer de conhecer durante a revisão do Plano Diretor, com quem muitas vezes discordei, mas a conheci. Agora, esse momento não houve na Câmara de Vereadores, para que houvesse apresentação do projeto – onde pode, onde não pode.

O senhor falou da emenda que tira as escolas, acho que é importante, mas acho que o horário de funcionamento, por exemplo, não está previsto. Acho que a própria questão de uma discussão mais técnica e global para todos os tipos de uso que se faz do helicóptero e, portanto, os helipontos, que são fundamentais para o uso médico, nós temos essa compreensão também, questão de segurança pública. Inclusive criticamos muito o Governo Sartori quando quiseram mexer no serviço médico dos helicópteros, que poderiam ajudar muito a salvar vidas.

Mas eu queria sugerir-lhe um Período Temático com o V Comar, com a Rosane, com o senhor, com todos nós, para que se possa apresentar essa pasta toda de materiais, bem

como aproveitar a dica do Ver. Marcelo, que contribui, para que seja feita uma comparação com outras cidades. Acho que seria um momento importante, que poderia ser na próxima quinta-feira e na outra segunda-feira, para se votar o seu projeto, entrando de novo na Ordem do Dia. Acho que é difícil, neste caso, conseguir agenda com o V Comar, que, muitas vezes, esteve na Câmara para discutir a questão da ampliação do Aeroporto Salgado Filho, mas que poderia vir novamente - tenho certeza de que eles viriam - para discutir a questão do heliponto.

O Sr. João Carlos Nedel: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereadora, essa é uma lei geral que apenas permite a existência de helipontos. O Governo do Município vai efetuar um decreto, regulamentando os detalhes todos que V. Exa. assim deseja. Então é uma lei que precisa ter uma lei-mãe que ao menos permita, porque nós já temos cinco ou seis helipontos prontos, temos várias dificuldades nesse tipo de transporte; V. Exa. quer os detalhes; eles serão explicitados no Decreto regulamentatório.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu quero perguntar a V. Exa. quais são os cinco helipontos existentes, como é que funcionam. Porque é um debate técnico. V. Exa. propõe aqui, no § 1º, priorizar helipontos perto de hospitais – concordamos -, de estádios, parques, locais destinados a grandes eventos; como é que vai funcionar? Em *Shopping center*, como V. Exa. propõe? Vai parar no meio do Parque Marinha. Qual o horário de funcionamento? V. Exa. está propondo - art. 1º, aqui, que trata dessas questões. Se já tem esses cinco exemplos, eu sugeriria que V. Exa. falasse desses exemplos, porque nós estamos votando uma legislação do conjunto da Câmara de Vereadores, V. Exa. apresentou o Projeto. E tem, obviamente, essa prerrogativa.

Agora, nós temos todo o direito de termos dúvidas no sentido de como vai funcionar, de como está previsto o funcionamento dos helipontos, os horários, a relação com a Cidade, a proteção da população - são temas fundamentais.

Deixo, aqui, a minha sugestão, e já deixo a pergunta para o Ver. Nedel, sugerindo que ele adie e faça um Período Temático sobre o tema com essas três instituições, com a SMURB também. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PLCL nº 009/14 por três Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PR nº 009/15. Após, retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PR nº 009/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com os votos contrários da Ver.^a Fernanda Melchionna, do Ver. Prof. Alex Fraga e do Ver. Marcelo Sgarbossa; e com a abstenção da Ver.^a Sofia Cavedon.

Apregoo o Memorando nº 021/15, de autoria da Ver.^a Séfora Gomes Mota, nos termos do art. 227, § 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na XI Convenção Nacional Eleição da Executiva Nacional do PRB, em Brasília, no dia 07 de maio de 2015, sem ônus para esta Casa.

Em discussão o PLL nº 067/14. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 067/14.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Esse é um tema antigo aqui da Casa, um debate longo, que tem muito a ver com terceirização-meio. O que eu proponho neste projeto é para situações de terceirização de cooperativadas, porque, se a empresa, contratando por CLT, já tem dificuldade... Os funcionários, agora, da Clinsul, por exemplo, estão nos ligando; e eu até gostaria que o Ver. Kevin Krieger, representante do Governo, pudesse tratar com a Secretária Cleci, porque, hoje, dia 6 de maio, ainda não receberam o salário.

Nesse caso, essa medida que eu estou propondo é para que, quando a cooperativa disputar o contrato, também garanta o que a CLT garante: 30 dias de férias, 13º salário e licença gestante para as mulheres. É incrível estar colocando isso na legislação. A ideia é que a gente coloque como critério para as próximas licitações. Na verdade, não é para os atuais contratos em vigor, mas para quando a Prefeitura licitar novos serviços, para que esses já sejam itens que devem constar na licitação.

Nós entendemos que isso faz um movimento importante: além de proteger os cooperativados na relação com o público, também equilibra um pouco mais a disputa com as empresas. Quando a empresa vai fazer a disputa na licitação, Ver. Janta, ela vai botar o seu custo. E o seu custo é pagar as custas trabalhistas, pagar o 13º salário, dar os dias de férias, porque ela vai assinar carteira. Já a cooperativa não coloca esse custo exatamente para ganhar a licitação, e quem paga o preço é o funcionário, que é cooperativado. Como a cooperativa disputou, ganhou rebaixando o custo, o funcionário e a funcionária vão trabalhar sem garantia de seus direitos.

Então, parece-me que nós já evoluímos outros momentos nesta Casa, garantindo algumas questões que mudou a vida dos funcionários. Nós temos que nos orgulhar que nós garantimos o vale-transporte e o vale-alimentação para os cooperativados, pela lei que nós votamos aqui, a qual estamos alterando, agora, para ir um pouquinho mais perto dos custos que uma empresa tem. Quando tem uma empresa, pelo menos, tem lá o Sindicato, o Sindicato vai para a Justiça e na Justiça o funcionário e a funcionária vão conseguir os seus direitos numa situação onde a empresa abandona, Ver.^a Fernanda, mas pelo menos temos esse recurso do Sindicato, da Justiça, do Ministério do Trabalho. No caso da cooperativa, não tem para onde apelar. Quando nós tivemos aqui a Cooperativa Meta, há uns anos, ela foi embora, Ver.^a Mônica, e nunca mais apareceu e o pró-labore dos funcionários, que descontavam todo o mês, não receberam, não receberam os seus direitos, porque não há Sindicato, não tem respaldo de lei, enfim, elas ficam sem proteção nenhuma.

Então, a minha expectativa é que os senhores e senhoras possam ajudar a garantir que no certame uma cooperativa tenha que colocar um custo mais próximo ao das empresas, isso vai proteger o trabalhador e a trabalhadora. Trata-se de 30 dias de férias, trata-se de licença-gestante e do 13º salário.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, o PLL nº 067/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 7 votos **SIM**. Não há quórum.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h28min.)